

PAULA COSTA E SILVA

COLEÇÃO

O NOVO
PROCESSO
CIVIL

ACTO E PROCESSO

Regressando ao dogma
da irrelevância da vontade
na interpretação e nos vícios
do acto postulativo

LUIZ GUILHERME MARINONI

SÉRGIO CRUZ ARENHART

DANIEL MITIDIERO

Coordenadores

THOMSON REUTERS

REVISTA DOS
TRIBUNAIS™

Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais

JULIANA MAYUMI ONO

Gerente de Conteúdo

MILISA CRISTINE ROMERA

Editorial: Diego Garcia Mendonça, Karolina de Albuquerque Araújo, Marcella Pâmela da Costa Silva e Thiago César Gonçalves de Souza

Gerente de Conteúdo Tax: Vanessa Miranda de M. Pereira

Direitos Autorais: Viviane M. C. Carmezim

Assistente Editorial: Francisca Lucélia Carvalho de Sena

Estagiárias: Camilla Sampaio Silva e Camilla Dantara Ventura

Produção Editorial

Coordenação

ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES

Especialistas Editoriais: Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

Analista de Projetos: Larissa Gonçalves de Moura

Analistas de Operações Editoriais: Damares Regina Felício, Danielle Castro de Morais, Felipe Augusto da Costa Souza, Marília Gabriela Gradin, Mayara Macioni Pinto e Patrícia Melhado Navarra

Analistas de Qualidade Editorial: Carina Xavier, Daniela Medeiros Gonçalves Melo, Leonardo Rocha e Rafael Ribeiro

Estagiárias: Beatriz Fialho e Diene Ellen

Capa: Chrisley Figueiredo

Adaptação da capa: Linotec

Controle de Qualidade da Diagramação: Carla Lemos

Equipe de Conteúdo Digital

Coordenação

MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO

Analistas: Ana Paula Cavalcanti, Jonatan Souza, Luciano Guimarães e Rafael Ribeiro

Administrativo e Produção Gráfica

Coordenação

MAURICIO ALVES MONTE

Analista de Produção Gráfica: Aline Ferrarezi Regis

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Silva, Paula Costa e
Acto e processo: regressando ao dogma da irrelevância da vontade na interpretação e nos vícios do acto postulativo / Paula Costa e Silva. – São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2019.

Bibliografia.
ISBN 978-85-5321-409-9

1. Direito civil 2. Direito internacional 3. Direito processual 4. Legislação portuguesa – Direito civil I. Título.

19-24945

CDU:347(81)

Índices para catálogo sistemático:

1. Acto postulativo: Direito civil 347(043)

Iolanda Rodrigues Biode – Bibliotecária – CRB-8/10014

ÍNDICE GERAL

Nota de atualização	5
Agradecimentos.....	7
Citações de jurisprudência e de bibliografia.....	11
Plano Geral	13

INTRODUÇÃO

§ 1.º O problema, o dogma e a tese	23
§ 2.º A sequência da investigação	48

CAPÍTULO 1 OS SISTEMAS E A JURISPRUDÊNCIA

§ 3.º Os sistemas adjectivos	53
3.1. O sistema da <i>Zivilprozeßordnung</i>	53
3.2. O sistema do Código de Processo Civil italiano.....	54
3.3. O sistema do Código de Processo Civil	55
3.4. Balanço final	56
§ 4.º O regime do acto processual segundo a jurisprudência	56
4.1. A jurisprudência nacional.....	57
4.1.1. Os princípios gerais do processo determinantes do regime dos actos.....	57
4.1.1.1. O princípio da celeridade e da boa ordem processual	57

4.1.1.2.	O princípio dispositivo	58
4.1.2.	A interpretação de actos processuais.....	60
4.1.2.1.	A interpretação da sentença.....	60
4.1.2.2.	A interpretação dos actos das partes.....	63
4.1.2.3.	Apreciação	64
4.1.3.	O erro no acto de processo	65
4.1.4.	Apreciação	67
4.2.	O acto processual na jurisprudência alemã.....	68
4.2.1.	A qualificação de alguns actos e os regimes aplicáveis.	69
4.2.2.	A interpretação dos actos processuais.....	71
4.2.3.	Os vícios da vontade nos actos processuais	73
4.2.3.1.	Inaplicabilidade às declarações processuais do regime do § 119 do BGB.....	73
4.2.3.2.	Irrelevância do erro não cognoscível em negócios jurídicos processuais.....	73
4.2.3.3.	Relevância da coacção e do dolo.....	74
4.3.	A jurisprudência italiana.....	75
4.3.1.	O dolo revogatório	75
4.3.2.	A simulação processual	75
4.4.	Balanço final	75

CAPÍTULO 2

PROCESSO, SITUAÇÃO PROCESSUAL E ACTO POSTULATIVO

§ 5.º	O processo e o facto jurídico	77
5.1.	O processo e o conceito de relação jurídica	77
5.2.	O processo enquanto facto jurídico	91
§ 6.º	O processo e as situações jurídicas processuais.....	122
§ 7.º	O acto processual	161

§ 8.º O acto postulativo	181
§ 9.º As características do acto postulativo	198
9.1. Acto postulativo, acto procedimental, efeito final e autonomia privada	198
9.2. Acto postulativo e estrutura do acto	200
9.3. Acto postulativo e forma	200
9.4. Acto postulativo e declaração	200
9.5. Acto postulativo, declaração, destinatário e declaratário	203
§ 10.º Acto postulativo, acto jurídico simples e negócio jurídico	220
10.1. O problema	220
10.2. Os efeitos do acto postulativo	239
10.2.1. Acto postulativo e situações processuais	239
10.2.2. O acto postulativo e o acto final	245
10.2.3. Acto postulativo e parte contrária	253
10.2.4. Os efeitos do acto sobre a situação do respectivo autor ...	253
10.2.4.1. A ligação entre o acto postulativo e o objecto do processo	254
10.2.4.2. A revogação do acto postulativo	255
10.2.4.3. A revogação por substituição dos actos processuais	264
10.2.4.4. O sistema nacional: vigência do princípio da eventualidade	271
10.2.4.5. A revogação por substituição no sistema nacional	274
10.2.4.6. A ampliação do objecto através da prática de novo acto postulativo	278
10.2.4.7. Conclusão	288
10.3. O acto postulativo entre o acto simples e o negócio jurídico	289

CAPÍTULO 3 A COMUNIDADE PROCESSUAL TÍPICA

§ 11.º A comunidade processual típica: a representação das partes por advogado	303
--	-----

CAPÍTULO 4 A INTERPRETAÇÃO DO ACTO POSTULATIVO

§ 12.º A interpretação enquanto actividade.....	319
§ 13.º A interpretação dos actos processuais	337
13.1. O estado do debate	337
13.2. A interpretação enquanto problema.....	344
§ 14.º A interpretação dos actos postulativos	350
14.1. A interpretação enquanto pressuposto da actuação dos intervenientes processuais.....	350
14.2. Os dados relevantes na determinação dos critérios interpretativos do acto postulativo	353
14.3. O sistema de interpretação do acto postulativo	354
14.3.1. O regime legal de interpretação dos actos processuais...	362
14.3.1.1. Ineptidão e compreensão efectiva do acto....	362
14.3.1.2. A natureza formal dos actos postulativos e a prevalência do sentido comum	365
14.3.1.3. O dever de pedir esclarecimentos	375
14.3.1.4. A interpretação do acto judicial	380
14.3.2. Os sistemas de interpretação potencialmente aplicáveis ao acto postulativo	385
14.3.3. Interpretação da declaração negocial e interpretação do testamento.....	389
14.3.4. Objecto do processo e interpretação unitária do acto postulativo.....	397

14.3.5. A prevalência da intenção do autor do acto postulativo...	403
14.3.5.1. O critério geral de interpretação dos actos formais	403
14.3.5.2. A interpretação objectiva da declaração e o negócio formal	404
14.3.5.3. A prevalência da vontade real do declarante e o negócio formal.....	406
14.3.5.4. A prevalência da intenção do autor do acto e a situação do tribunal	417
14.3.6. A dúvida quanto ao conteúdo do acto	418
14.4. Conclusão	419

CAPÍTULO 5

FALTA E VÍCIOS DA VONTADE NO ACTO POSTULATIVO

§ 15.º Colocação do problema	423
§ 16.º A natureza dos actos postulativos e os vícios da vontade	432
§ 17.º O princípio da revogabilidade dos actos processuais e os vícios da vontade no acto postulativo.....	437
§ 18.º Justo impedimento e vícios da vontade no acto postulativo	443
§ 19.º A natureza pública do direito processual e os vícios da vontade no acto postulativo	444
§ 20.º A estabilidade do processo	446
20.1. Apresentação do problema	446
20.2. O princípio da estabilidade no sistema nacional	452
20.2.1. Estabilidade e efeito de caso julgado.....	453
20.2.2. Os fundamentos e o regime da nulidade processual.....	453
20.2.3. O princípio da não renovação do acto nulo	455

§ 21.º A sequência da investigação	467
§ 22.º A falta de voluntariedade no acto postulativo.....	469
§ 23.º As divergências intencionais entre a vontade e a declaração	484
§ 24.º Divergências não intencionais entre a vontade e a declaração...	498
24.1. A coacção	498
24.2. O erro espontâneo no acto postulativo.....	510
24.3. Erro de direito, disponibilidade objectiva e princípio da coope- ração	517
24.3.1. Colocação geral do problema.....	517
24.3.2. Princípio do pedido, tutela do demandado e requalifi- cação do pedido.....	536
24.3.3. Erro de direito espontâneo e princípio da cooperação... ..	543
24.3.3.1. O dever de prevenção.....	546
24.3.3.2. As modificações objectivas da instância en- quanto limites à actuação do dever de coope- ração	548
24.3.3.3. O dever de pedir esclarecimentos	558
24.3.4. A correcção espontânea	560
24.4. O erro provocado	560
§ 25.º A alteração das circunstâncias e o acto postulativo.....	569
§ 26.º O erro na declaração	585
§ 27.º A tese	597
POSFÁCIO	599
ABREVIATURAS E SIGLAS	601

ÍNDICE DE JURISPRUDÊNCIA	605
Jurisprudência nacional (portuguesa).....	605
Jurisprudência alemã	613
Jurisprudência italiana	621
ÍNDICE BIBLIOGRÁFICO	623